

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ATIVIDADES

RURAIS EM MINAS GERAIS*

Jarbas Medeiros**

1. INTRODUÇÃO

Um dos mais graves problemas atuais da humanidade é o descompasso existente entre a explosão demográfica e o aumento dos bens de subsistência. Nos últimos anos, a crônica econômica tem noticiado os relatórios de organismos técnicos, em que se afirma êsse contraste crescente e ameaçador, especialmente para os países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

A implantação dos grandes centros industriais, nos países em desenvolvimento, quando se relega o setor agropecuário ao desabrigo de estimulantes, poderia agravar as tensões sociais, que emergem de maiores expectativas de bem-estar social, levando-se em linha de consideração a extrema improbabilidade de o ritmo de acréscimo da demanda de mão-de-obra pelos centros industriais emparelhar-se com os níveis do êxodo rural e da explosão demográfica.

Múltiplos e complexos são os problemas advindos da ineficiência do setor agropecuário. A baixa renda de mais da metade do contingente populacional brasileiro, que vive no

* - Conferência pronunciada no Auditório do Instituto de Economia Rural, Viçosa, M.G. em 29-11-65.

- Recebido para publicação, em 13/12/65.

** - Deputado Estadual e Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais.

ambiente rural, impede que tôda essa massa humana se transfigure em mercado consumidor dos produtos industrializados, atuando como processo de frenagem da aceleração industrial. O êxodo da população rural determina graves tensões sociais, como ocorre com a proliferação de favelas e cortiços nos grandes centros, para não falar no subemprego. A produtividade agrícola irrisória é uma determinante dos elevados preços da alimentação, nos grandes centros urbanos, gerando crises de abastecimento tão freqüentes.

Apesar de enorme parte das divisas do comércio externo brasileiro resultar das exportações de produtos agropecuários, ainda não se deu o devido relêvo a êsse setor, como se fôsse regressivo, enfatizando-se o setor industrial, do que resulta o corpo deformado que podemos retratar para a economia nacional.

Veja-se o exemplo das grandes nações, cuja prosperidade se assentou nas bases de uma agricultura altamente desenvolvida. O setor agropecuário brasileiro, e muito particularmente o mineiro, carece de reorganização, para que se modernize e receba o influxo de novas técnicas.

Nesta despretensiosa exposição, procuramos:

Primeiro - Fazer um bosquejo da economia mineira, para demonstrar que ela exige uma terapêutica agressiva, no sentido de recuperar o seu setor primário, para que se desenvolva em sintonia com o setor industrial.

Segundo - Evidenciar que o desenvolvimento integrado em Minas Gerais está a exigir, como pré-requisito, a institucionalização de um sistema de planejamento, do qual resultem programas e projetos equilibrados para os diversos setores, na base de pessoal especializado nas diversas disciplinas envolvidas na questão;

Terceiro - Oferecer subsídios para a imediata formação de especialistas em projetos específicos para empreendimentos agropecuários e agro-industriais.

2. PANORAMA DA ECONOMIA MINEIRA

A - Para se compreender o atual estágio de desenvolvimento da economia mineira, impõe-se a apreensão das transformações por que passou o Brasil, principalmente nas décadas de 40 e 50. Quase todo êsse período se caracterizou por uma sistemática deficiência em nossa capacidade de importar. Essa deficiência decorreu:

1) - Inicialmente, em virtude do "crack" da economia mundial, em 1930 nossa receita cambial, oriunda basicamente do café, sofreu grande retração, como resultado da queda dos preços desse produto.

2) - Com a guerra e a mobilização econômica consequente, fomos obrigados a acumular saldos credores no Exterior, tendo sido gastas todas as reservas disponíveis, praticamente no primeiro ano, após o término do conflito mundial.

3) - Finalmente, com a intensificação do processo de industrialização, nossa pauta de importações tornou-se cada vez mais rígida, enquanto permanecíamos exportando apenas produtos de origem primária, sujeitos à permanente deterioração de seus preços.

Fêz-se imperioso, então, o controle crescente das importações, selecionando-se de acordo com as necessidades mais prementes do mercado consumidor interno e, posteriormente, tendo em vista o funcionamento do parque industrial em expansão, iniciamos nosso processo de substituição das importações pelos bens de consumo não duráveis e logramos depois produzir internamente os bens duráveis, para, finalmente, emprendermos gigantesco esforço, no sentido de aqui se instalar a indústria de bens de capital.

B - Não obstante, as medidas corretivas não tiveram o condão de beneficiar equilibradamente as várias regiões do País. O eixo Rio-São Paulo se identificou logo como polo dinâmico, constituindo-se na mola fundamental de todo o sistema econômico nacional, como se pode colher nos quadros: 1, 2 e 3.

QUADRO 1 - Participação da renda interna de Minas e outros Estados no produto interno bruto do Brasil (1947/1955/1960).

ANOS	MINAS	SÃO PAULO	PARANÁ	R. G. DO SUL
1947	10%	27.05	3.05	8.23
1955	9.12	28.75	5.31	8.77
1960	9.24	32.67	9.14	7.21

Fonte: R.B.E. de dezembro de 1957, setembro de 1962.

QUADRO 2 - Taxas de acréscimos reais no produto do Brasil e nos outros Estados Componentes da Bacia Parana-Uruguaí 1949/1960.

MINAS	74,63
SÃO-PAULO	114,81
PARANÁ	373,46
SANTA-CATARINA	102,11
RIO - GRANDE - DO - SUL	70,29
GOIÁS	212,89
MATO - GROSSO	169,94
BRASIL	97,0

Fonte: R.B.E. março 1962, calculado

QUADRO 3 - Participação de alguns Estados e regiões da distribuição regional da renda nacional. (Dados em porcentagem da média nacional).

	1950	1955	1958	1960
NORDESTE	16,4	13,9	14,3	15,9
SÃO PAULO	32,2	32,9	32,3	32,3
R. GRANDE DO SUL	8,7	9,8	9,2	9,2
MINAS GERAIS	10,8	11,1	10,3	9,9

Ensaios de desenvolvimento regional - B.D.M.G. -

C - Induzidos por êsse polo, vários outros periféricos se instalaram e a economia brasileira passou a funcionar como uma constelação de áreas concêntricas, gravitando em torno de um centro comum. Essa imagem explica, em parte, o atual momento econômico brasileiro e permite visualizar o desempenhado por Minas Gerais, nesse contexto.

Apenas para fixar idéia, reportemos-nos ao nosso sis-

tema "viário". Se outrora nossas estradas se dirigiam dos centros produtores de café e outros produtos de portos de embarque, hoje estão voltadas para a integração das áreas periféricas com o polo principal. Assim, por exemplo, dispomos de boas rodovias integrando regiões em direção a São Paulo e Rio, mas não dispomos de vias de acesso adequadas entre as várias regiões mineiras.

Outras considerações mais específicas permitirão completar o quadro esboçado.

D. Dada a proximidade geográfica de Minas com o eixo Rio São Paulo, recebemos com maior intensidade os impactos do seu desenvolvimento. Alguns, de caráter positivo; outros, de efeito inibidor.

De um lado, pudemos expandir, com rapidez, certos setores de infra-estrutura, como a siderurgia e o setor de energia elétrica; de outro, vimos atrofiarem-se alguns segmentos da economia mineira, principalmente sua tradicional indústria alimentar e têxtil.

Especializamo-nos em fornecer os insumos básicos ao moderno parque industrial brasileiro. A comprovação pode ser obtida, se analisarmos o recente crescimento do setor indústria do Estado. (Quadro 4)

Verifica-se que os ramos que mais se distinguiram foram o metalúrgico, com ênfase na siderurgia e o cimento. Os demais apresentaram pequenos índices de expansão, quando não se mantiveram estagnados.

QUADRO 4 - Minas Gerais - Índices do produto real na indústria 1949/1960 - Base 1959 = 100

S E T O R E S	A N O S			
	1949	1955	1959	1960
Ext. Mineral	100	144,85	-	247,71
Energ. Elet.	100	174,30	-	370,11
Metalurgia	100	190,64	331,77	-
Têxtil	100	123,06	-	131,60
Alimentar	100	119,71	-	155,26
Couros, Peles e Similares	100	105,66	-	138,74
Transf. de Min. não Metálico	100	190,59	-	468,43

Fontes: R.B.E. - Setembro de 1962

C. Se visualizarmos a composição de nosso produto interno, verificaremos que ela pouco se modificou, como se pode ver no quadro 5.

QUADRO 5 - Minas Gerais - Composição setorial do produto real (%) 1947/1960

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1947	50	13	37
1955	45,5	14,5	40
1960	41	18,5	40,5

Fonte: dezembro de 1957 e setembro de 1962.

7. A agricultura continua sendo um dos suportes de nossas atividades

Em que pese sua baixa produtividade e sua pequena taxa de crescimento, é a parcela preponderante na formação do produto mineiro. A observação da economia mineira indica que a produção da Agricultura, medida em índice, passou de 90,4 em 1947, para 146,1 em 1960, considerando como base o ano de 1949. O setor industrial, por seu turno, no mesmo período, passou de 86,7 para 247,7, o que indica maior expansão relativa. A modificação da estrutura produtiva da economia estadual é uma verificação do exame dessa alteração no sistema produtivo. No entanto, não se libertou a economia do Estado, essencialmente agropastoril, da situação de estreita dependência dos fenômenos que ocorrem no setor primário, o que lhe confere particular relêvo na programação para o desenvolvimento.

Examinaremos os quadros: 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

QUADRO 6 - Produtividade média, por hectare, com relação a alguns produtos

CULTURAS	PRODUTIVIDADE MÉDIA 1.000 KG/HA. ÍNDICE		
	1949/53	1959/63	1949/1953=100
ARROZ	1,31	1,40	106
MILHO	1,35	1,33	98
CAFÉ	0,36	0,63	175
FEIJÃO	0,65	0,56	86
CANA	34,57	32,62	94
MANDIOCA	16,33	16,14	98
LARANJA*	97,50	72,64	74
FUMO	0,53	0,50	94

* Em 1.000 frutos. Fonte: Anuário Estatístico.

QUADRO 7 - Taxas de crescimento real no produto agrícola do Brasil, Minas Gerais e outros Estados - 1949/1960

ESTADOS	ACRÉSCIMOS PERCENTUAIS PERÍODO (1949 = 100)
MINAS	46,08
SÃO PAULO	41,08
PARANÁ	371,08
SANTA CATARINA	72,95
RIO GRANDE DO SUL	59,48
GOIÁS	188,39
MATO GROSSO	115,12
BRASIL	67,00

Fonte: R.B.E. - março e setembro de 1962.

QUADRO 8 - Rendimento médio, por hectare, de alguns produtos, em regiões selecionadas (100 KG/ha - (1960 - 1964)

Produtos	Minas	Brasil	E.E.U.U.	Argentina	Uruguai	Japão
Algodão	-	1,7	50	2,9	2,4	-
Arroz	15,1	16,9	38,4	32,4	34,5	48,6
Batata ing.	62,7	56,0	207,0	102,0	35,0	174,0
Feijão	6,4	7,4	13,9	10,6	-	13,7
Milho	13,7	13,1	33,5	17,7	8,3	26,1

Fonte: P.A.E.G. 1964/66 e Anuário Estatístico.

QUADRO 9 - Produto agrícola e força de trabalho 1950/1960

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	1950	1960
Produtos Agrícolas e Preços de 1949	Bilhões de Cr\$	10,45	14,99
Pessoal Ocupado na Agricultura	Milhões de Hab.	1,86	2,07
Produto Agrícola, por Pessoa Ocupada	Mil Cr\$	5,6	7,2
Produto, por Pessoa Ocupada	PERCENTUAL	1,00	1,28

Fonte: R.B.E., setembro de 1962. Anuário Estatístico.

QUADRO 10 - Minas Gerais - Índices do produto real 1947/1960
Base 1949 = 100

A N O S	AGRICULTURA	INDÚSTRIAS	SERVIÇO	TOTAL Prod. Global
1947	90.36	88,68	87.85	89.04
1955	120.82	144,85	137.15	129.94
1960	146.08	247.71	185.68	174.63

Fonte: R.B.E., setembro.

QUADRO 11 - Minas Gerais - Taxas de expansão econômica setorial 1950/1960

PERÍODO	PRODUTO TOTAL		PRODUTO, POR HABITANTE	
	Agricultura	Indústria	Agricultura	Indústria
1950/54	2,38	6,29	- 0,2	3,2
1955/60	4,18	14,20	1,5	8,8

Fonte: R.B.E., setembro 1962 - Anuário Estatístico, Cálculo.

G - Assim se explicam os baixos níveis de renda do Estado, em relação às outras regiões do País, principalmente se se leva em conta que, aproximadamente, 60% de nossa população vive nos campos. (quadros 12 e 13)

QUADRO 12 - Renda "per capita" no Nordeste e em alguns Estados (% da média nacional)

REGIÃO DO ESTADO	1950	1955	1960
NORDESTE	48,5	42,9	50,6
SÃO PAULO	188,6	187,2	177,7
RIO DE JANEIRO	101,8	95,5	95,0
GUANABARA	334,0	308,2	291,0
MINAS	74,5	78,9	70,9

Fonte: Plano trienal de desenvolvimento econômico e social.

QUADRO 13 - Minas Gerais - Demografia nas áreas rurais e urbanas 1950/1960

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

	URBANA	RURAL
ANO		
1950	30,2	69,9
1960	40,2	59,9

Fonte: R.B.E., setembro 1962 - Anuário Estatístico calculado.

H - Estas rápidas observações visam a salientar a necessidade de mobilização, no sentido de promover, com urgência, a recuperação do setor agrícola mineiro, a par de um movimento com objetivo de integrar, verticalmente, nosso setor secundário (implantação do parque produtor de máquinas e equipamentos, como já se fez, com relação à fábrica de tratores).

Queremos, com isso, para que se não equivoquem intérpretes mais açados, acentuar que não ingressamos na discussão do destino agrícola ou destino industrial do País e do Estado de Minas, em particular. A tese é superada. Havemos de ser uma nação e um Estado industrializado, em alto grau, o que se dará na base de um grande, rico e bem organizado mercado interno, cuja organização se assente nos pilares de uma agricultura de alta produtividade.

3. ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Para que se alcancem tão desejados objetivos, impõe-se, dentre toda uma gama de providências, a transformação radical em órgãos do serviço público. Tanto mais importante se torna essa medida, quanto mais se considera que a agricultura exige permanentes cuidados do Governo, acima de quaisquer outros setores da atividade econômica. Já se disse em documento oficial que "a introdução no meio rural dos instrumentos que a ciência e a técnica oferecem hoje ao agricultor, bem como a adoção de formas superiores de organização e exploração da propriedade, dependem, em grande parte, da intensidade e da continuidade dos trabalhos de pesquisas, experimentação, demonstração e fomento, os quais, por sua natureza e custo, só podem ser realizados através de agências governamentais".

É inconcebível que os organismos públicos estaduais

voltados para as pesquisas e execução de tarefas de incremento das atividades rurais atuem sem conexão, cada qual perseguindo objetivos semelhantes por processos e caminhos nem sempre coincidentes. É indispensável que atuem, como forças em concôrto, as entidades federais, a Secretaria da Agricultura, a Secretaria do Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento, a Coordenação do Crédito Rural e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

Quanto a esta última, vê-se que o estatuto legal, que lhe disciplina objetivos e funcionamento, lhe dá a função básica de desenvolver sistemas de ensino, pesquisa e extensão agropecuária, florestal e de ciências domésticas, ajustados à política do desenvolvimento do Estado.

Confessemos que este Instituto, na realidade, experimenta várias dificuldades para se integrar no mecanismo do desenvolvimento, pela ausência de uma política desenvolvimentista, definida com o necessário grau de clareza e complementada por programas de ação e medidas destinadas a concatenar o esforço dos organismos envolvidos em sua execução.

Tem-se que evitar o desenvolvimento intuitivo, tem-se que buscar o desenvolvimento planejado.

Não é despropositado enfatizar aqui que uma política de desenvolvimento integrado, como a que concebemos necessária, exige indispensavelmente o pre-requisito do planejamento. E com essa certeza, propusemos a institucionalização de um sistema estadual de planejamento que, em harmonia com os diversos escalões da Administração Pública do Estado, garantisse a preparação de planos e projetos que assegurasse a sua execução.

Em essência, o sistema se apóia numa agência central de planejamento, em nível de assessoramento imediato à Governadoria, aglutinando-se a ela tôdas as unidades programadoras da Administração Estadual, mas é preciso ressaltar, não se tratou apenas de estruturar órgãos coerentes; deu-se particular relêvo ao elemento humano, ententendo-se que a atividade do planejamento e do acompanhamento e contrôle da execução reclama o concurso de especialistas em quantos setores haja a planejar. Dentre êles, é fatal que se distingam os técnicos em questões rurais, como decorrência das aptidões do Estado, nesse setor.

É preciso, pois, desde já se preparem profissionais para êsse encargo.

Vamos a uma ligeira digressão.

Abre-se uma lacuna na formação técnica dos profissionais mineiros, quando não se lhes dá objetiva identificação do profissional com os problemas relativos ao desenvolvimento econômico do Estado.

Não são poucos os esforços para diagnosticar a economia mineira, que se anulam por efeito da falta do concurso de especialistas, em setores específicos. Chegamos a uma situação quase paradoxal, quando se verifica a existência de recursos disponíveis aplicáveis em Minas e a inexistência de projetos que permitam a alocação racional dos investimentos.

Relativamente à própria vocação estadual, que procuramos enfatizar, tornam-se óbvias as excelentes perspectivas para a implantação de projetos nos setores agropecuario e agro-industrial. Estamos, contudo, repetindo a situação que pintamos, em presença do problema da carência de mão-de-obra qualificada para o projetamento e execução de empreendimentos desta natureza.

Ainda há pouco, em Curso de Técnicas de Elaboração de Projetos, promovido pela CIBPU, afirmou-se que, muita vez, o problema fundamental do desenvolvimento econômico não é o da formação de poupanças econômicas, mas o da existência de pessoal que as transforme em capital social. Nessa mesma oportunidade, demoraram-se os técnicos em demonstrar que as Universidades têm um papel fundamental a desempenhar nesta formação de mão-de-obra especializada. No entanto, o ritmo acelerado em que se processa o nosso desenvolvimento e as dificuldades de adaptar os cursos normais das nossas universidades às necessidades prementes do desenvolvimento têm contribuído para o agravamento da carência de pessoal habilitado.

Na realidade, assinala o relatório a respeito do mesmo curso, são poucos os institutos de ensino superior que dedicam atenção suficiente a este problema. Só agora setores mais avançados das universidades começam a se preocupar seriamente com ele.

Essa lacuna precisa ser preenchida, sem perda de tempo, inclusive porque chegamos a perder oportunidade de receber recursos monetários colocados à nossa disposição, por organismos internacionais de financiamento, por causa da incapacidade de projetos tecnicamente elaborados. Estas observações não nos pertencem, mas a artigo que a respeito do Curso de Técnicas de Elaboração de Projeto se publicou em Revista especializada. Repetimo-las, para embasar as assertivas que an-

tes fizéramos, como sejam as de que as agências de desenvolvimento se ressentem, com agudeza, da questão da técnica de projeto de empreendimentos que viabilizem a alocação de recursos disponíveis.

Daí o interesse que a Secretaria do Desenvolvimento manifesta pelo entrosamento mais estreito com a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, através do qual possa este instituto de ensino, de tantas tradições, ajustar-se ao movimento planejado do Estado de Minas Gerais, através do projeto de empreendimentos para o setor rural. Outro não é o propósito que nos anima a dialogar com mestres e discípulos da Universidade Rural.

Assim é que desejamos oferecer ao Magnífico Reitor da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais proposta de celebração de convênio, entre essa instituição e a Secretaria do Desenvolvimento e outras entidades, através do qual se possam alcançar os seguintes objetivos:

a) - Coordenar as atividades do organismo que atuem em Minas Gerais, em serviços de pesquisas, assistência técnica e crédito à agropecuária e agro-indústria.

b) - Efetuar treinamento de pessoal formado na Universidade, em questões de desenvolvimento econômico, especialmente na técnica de elaboração de projetos para o setor agrícola;

c) - Criar um Grupo Executivo de Investimentos no Setor Agrícola, que coordene as medidas necessárias à atração de recursos internos e externos para o setor.

d) - Conjuguar recursos financeiros, humanos e materiais das entidades, para que sejam aplicados em trabalhos de pesquisas, experimentação, demonstração e fomento das atividades do setor agrícola, incluindo a elaboração de projetos para a industrialização de seus produtos.

4. CONCLUSÃO

Desejamos acentuar a consciência que devemos todos ter de que a transição de uma agricultura tradicional de economia subdesenvolvida, como é o nosso caso, para uma agricultura moderna, em uma economia de crescimento acelerado, é tare-

fa que exige o esforço de crescimento acelerado, é tarefa que exige o esforço de mais de uma geração. Expressamos nossa confiança, contudo, em que algo de positivo já se começa a fazer, e que estejamos vivendo o ocaso do primarismo da improvisação. Expedientes como os que se propõem para integrar o esforço dos planejadores com os técnicos de estabelecimentos como a Universidade Rural tendem a construir um poderoso dispositivo humano de artífices do progresso.